



Resposta que o Prof. A. Quintanilha

enviou ao Senado Universitário

-----oooooooooooooooooooooooooooooooo-----

Exm.^o Snr. Presidente do Senado Universitário

Li com a maior atenção a moção aprovada pelo Senado Universitário, na sua reunião de 3 do corrente, que V.Ex.^a se dignou comunicar-me. Li-a repetidas vezes, esforçando-me por compreender o ponto de vista em que se colocou o Senado ao aprovar a moção e a intenção dos professores proponentes ao redigi-la. Devo confessar a V. Ex.^a que apesar de decorridos muitos dias não consegui ainda desvanecer a minha perplexidade, nem compreender claramente do que se trata.

Vejamos, antes de ir mais longe, os factos que deram origem à moção do Senado.

Um professor da Universidade de Coimbra é convidado para realizar uma conferência sôbre assunto que se prende com a organização do nosso sistema de ensino. Realiza essa conferência extra-muros da Universidade, fora das suas funções docentes, despido de suas vestes académicas e sem invocar a sua qualidade de professor. Fala como cidadão, como clerc, perante uma assistência de concidadãos. Faz a crítica do nosso sistema de ensino em todos os seus graus e foca particularmente os vícios e deficiências de que enferma a Universidade portuguesa. Põe em evidência, pelo confronto com as instituições similares dos países por onde andou, a ineficácia das nossas escolas superiores como estabelecimentos de educação e a sua improdutividade como centros de investigação científica. Fala com o maior respeito dos verdadeiros Mestres que encontrou pela vida fora, e de quantos, seguindo o exemplo dêsses, fazem da sua profissão um verdadeiro apostólado, criando e educando no meio da indiferença e da incompreensão geral, sem outra recompensa que a consciência do dever cumprido. Trata-se, ao contrário do que julgam os autores da moção, de um trabalho maduramente pensado, baseado em longos anos de observação e experiência pessoal, e largamente documentado, quer

com dados tirados das nossas escolas, quer com elementos provenientes das Universidades e Institutos estrangeiros que o autor demoradamente frequentou. Simplesmente o conferente, tendo como objectivo fazer, com a maior elevação, uma obra de crítica doutrinária, não personalizou os exemplos concretos as críticas que dirigiu ao espírito das instituições. Não se tratava de trazer quem quer que fôsse, pela gola do casaco, ao pelourinho da opinião pública. O conferente pôs de parte as pessoas e ocupou-se das ideias. Apontou honestamente os males de que padecemos e os remédios que em seu entender urge aplicar -- remédios que viu aplicados lá fora em casos análogos e de cuja eficiência teve ocasião de se certificar. Procedeu com espírito eminentemente construtivo, acentuando o seu desejo de colaborar com todos os homens bons da sua terra em uma obra de reforma séria do nosso sistema de ensino e de renovação da nossa actividade científica. Não se ocupou do aspecto político do nosso problema universitário, mas ao referir-se ao delicadíssimo problema das relações da J.E.N. com os representantes da actual situação política, fê-lo com tamanha isenção, com tão intenso desejo de prestar justiça a quem de direito, elevando-se acima das paixões que trazem desavindos os seus concidadãos, que dos mais variados sectores da opinião pública lhe louvaram essa atitude de independência. Um homem idoso, conservador e respeitável, que aqui se formou vai para 40 anos, escreveu ao conferente, sem o conhecer, uma carta onde se lêem estas consoladoras linhas.

"A leitura da conferência de V.Ex.^a feita n'0 Século, deu-me um tão alto prazer espiritual que não resisto à tentação de dizer ao ilustre conferente que as suas palavras ficaram, para mim marcando uma individualidade absolutamente rara no nosso meio. Os vários jacobinismos, vermelhos, brancos e azuis, etc. etc. inundam de tal modo a nossa gente, e talvez especialmente as altas esferas intelectuais, que o caso de V.Ex.^a deve ser raro como um côrvo branco. Fazer justiça a quem pensa e age de maneira diferente da nossa, é quási um milagre na nossa terra. ..."

Pois bem. Professores houve, a-pesar-de tudo isto, que não tendo ouvido a conferência e só dela tendo tido conhecimento por um extracto de jornal, necessariamente incompleto, a julgaram no entan-

to profundamente ofensiva do bom nome da Universidade e redigiram uma moção com caracter acentuadamente recriminatório. Qual foi porém o ponto de vista em que se colocou o Senado Univ. ao aprovar a referida moção ?

Duas interpretações me parecem possíveis:

- a) Ou o Senado Univ. entende que a conferência constitui um delito, arrogando-se as suas funções disciplinares pretende chamar-me à responsabilidade das afirmações produzidas;
- b) Ou o Senado pretende apenas colher elementos para o estudo do problema do recrutamento do pessoal docente no sentido de melhorar e aperfeiçoar os métodos até agora empregados.

Ainda que a redacção da moção torne possível a primeira destas interpretações, não acredito que fôsse êsse o ponto de vista em que se colocou o Senado. Encarada a questão sob o seu aspecto meramente legal, nem a conferência constitui um delito, nem, se assim fôsse, seria o Senado a instituição competente para dêle julgar, abolido que foi o fóro acadêmico. Vista sob o seu aspecto moral a atitude do Senado estaria em manifesto desacôrdo com aquela liberdade de crítica, à legislação, às instituições e aos costumes do seu país, que os professores da nossa Universidade para si sempre teem reclamado como condição primordialmente indispensável ao desenpenho das suas funções. De que tal liberdade de crítica, dentro e fora das cátedras, tem sido até hoje respeitada, atravez das várias situações que o país tem atravessado, são um exemplo bem vivo graças a Deus !, precisamente os dois Professores de Direito signatários da moção.

Outra deve ser pois a interpretação a dar à atitude do Senado. A-pesar-de a maneira como está redigida, a moção não deve ter outros objectivos que não sejam os de procurar orientar o Senado no estudo do problema do recrutamento do pessoal docente. Sou dos que entendem que êsse é o problema fundamental, o mais grave na vida de qualquer escola. Mas não vejo nenhuma espécie de vantagem em tirar à discussão dêsse problema o caracter doutrinário e impessoal com que eu o puz. Questão já de si delicada e capaz de ferir susceptibilidades, dicutida como tese, transformar-se-ia necessariamente a breve trecho, em campanha violenta, uma vez que se deslocasse do campo doutrinário para o caso pessoal. De resto, os méritos e as

capacidades, absolutas ou relativas, dos homens, não são susceptíveis de tão rigorosas medidas como a massa dos corpos. De modo que, deslocada a questão para êsse campo e apresentados os exemplos concretos a que se refere a moção, não só nos não chegaríamos a entender, como iríamos acirrar e azedar uma questão já de si delicada, sem benefício para ninguém e com manifesto prejuízo do já abalado prestígio universitário.

É possível que ao Senado não tenha ainda chegado o eco dos protestos que de há um meio século a esta parte se vêm erguendo de todos os sectores da opinião pública, cada vez mais clamorosos, contra o espírito da Universidade portugueza, contra os seus processos de ensino, contra a educação que ministra - ou antes, que não ministra, contra a forma de recrutamento do seu pessoal docente, contra a sua improdutividade científica. É ainda possível que o Senado não tenha ligado grande atenção a tais protestos, se dêles teve conhecimento, considerando-os porventura obra de díscolos, arruaceiros ou inimigos da Universidade, não obstante aparecerem entre os protestatários os nomes de Antero, de Eça, de Luís de Magalhães, de Adolfo Coelho, de António José de Almeida, de Sidónio Pais, de Alfredo Bensaude, de Celestino da Costa e de tantíssimos outros que do problema se têm ocupado. É possível, finalmente, que o Senado continue a-pesar-de tudo, convencido de que a Universidade de Coimbra desempenha na Sociedade portugueza a função educativa e o papel científico que lhe compete, e nos não envergonha pelo confronto com as instituições similares dos países cultos.

Eu é que estou firmemente convencido do contrário. 24 anos de contacto com a Universidade portugueza, já como estudante já como professor, constituem uma experiência suficientemente longa para me permitir falar com conhecimento de causa. A Universidade atravessa uma das mais profundas crises da sua história, precisamente pelo desequilíbrio entre o conjunto das suas actividades espirituais e as exigências do momento social que atravessamos. E um dos factores mais importantes dêsse desequilíbrio é certamente o defeituoso processo de recrutamento do pessoal docente.

Ter a coragem de proclamar publicamente esta convicção não é contribuir para o desprestígio universitário. Não é ignorando sis-

tematicamente as críticas que nos fazem, desdenhando dos protestos que nos dirigem, mantendo-nos dentro da rigidez de fórmulas que fizeram o seu tempo, que nós outros os professores podemos defender o prestígio da nossa escola; mas sim indo ao encontro dessa opinião que protesta, procurando esclarecê-la discutindo, e colaborando nessa obra de reforma que pouco a pouco se vai esboçando no espírito da nova geração e que mais tarde ou mais cedo se há-de vir a realizar ou com a Universidade, ou contra a Universidade.

Foi este o ponto de vista em que me coloquei ao realizar a minha conferência no salão de "O Século". Espero que estas explicações ilucidarão suficientemente o Senado Univ. sobre as minhas intenções e o meu ponto de vista.

Com a mais alta consideração desejo a V.Ex.^a

SAÚDE E FRATERNIDADE.